



SETSAN

SECRETARIADO TÉCNICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RELATÓRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR PÓS-COLHEITA DE 2022

Março de 2023

I. INTRODUÇÃO

A realização da avaliação da segurança alimentar pós-colheita em Moçambique, é uma das funções do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), com vista a monitorar anualmente o ponto de situação da segurança alimentar no período pós-colheita, ao nível dos agregados familiares do País.

O Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), em cumprimento do mandato do CONSAN, planificou e realizou entre finais de **Março a princípios de Outubro 2022** a Avaliação de Segurança Alimentar Aguda Pós-Colheita nos Agregados Familiares (AF), para estimar o número de pessoas em situação de Insegurança Alimentar (InSA).

A avaliação abrangeu cerca de **94% dos distritos do país (151)**, incluindo todas as cidades capitais.

Os resultados da presente Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional Pós-Colheita 2022, estimam que cerca de **10%** da população Moçambicana encontra-se em situação de Insegurança Alimentar Aguda (Fase 3+ da Classificação Integrada em Fases de Insegurança Alimentar Aguda).

II. CONTEXTUALIZAÇÃO

CONTEXTO INTERNACIONAL

Os dados da FAO (2022), indicam que a situação da insegurança alimentar a nível Mundial aumentou de 21,2% para cerca de 29,3% da população, entre 2014 e 2021.

Ao nível dos continentes, a mesma fonte revela que em termos de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN), a África regista cerca de 57,9% da população nesta situação em 2021, sugerindo um aumento de cerca de 13,5%.

CONTEXTO NACIONAL

O contexto nacional foi caracterizado por ocorrência de múltiplos choques nos últimos 12 meses, o que afectou a Segurança Alimentar e Nutricional dos Agregados Familiares (AF) com destaque para:

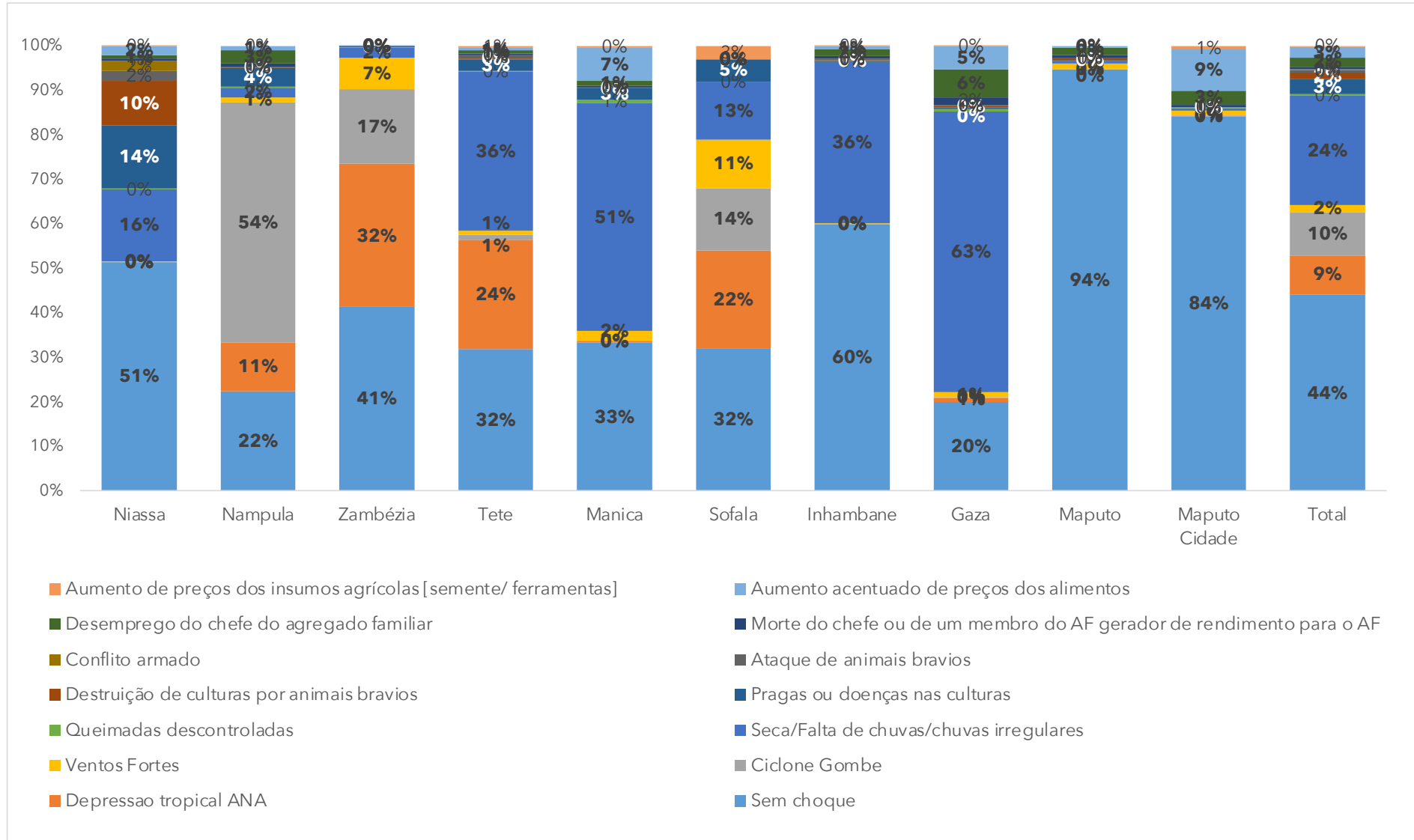
- Depressões Tropicais Ana e Gombe, nas zonas centro e norte do País;
- Seca e irregularidade da queda das chuvas em algumas partes das zonas Sul e Centro do país;

CONTEXTO NACIONAL



- Acções de terroristas na província de Cabo Delgado e algumas partes das províncias de Niassa e Nampula;
- Destruição de culturas por animais bravios na província de Niassa.

CONTEXTO NACIONAL



III. METODOLOGIA

O que é IPC?

IPC é um conjunto de ferramentas e procedimentos usados para classificar a gravidade e as características de crises alimentares e de nutrição agudas, bem como a insegurança alimentar crónica, com base em padrões internacionais.

O que é IPC?

IPC compreende quatro funções que se reforçam mutuamente, cada uma com um conjunto de protocolos específicos (ferramentas e procedimentos). Os parâmetros nucleares da IPC incluem a busca de consenso, a convergência da evidência, a responsabilização, a transparência e a comparabilidade.

O que é IPC?

Desde 2014, Moçambique tem estado a usar o instrumento IPC-InSAA recomendado pelo Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade (SADC/RVAA), que classifica a Insegurança Alimentar Aguda (InSAA) em 5 fases. Para melhor entendimento sobre este instrumento, apresentamos a seguir as definições e implicações de cada fase, sendo a Fase 5 a mais severa.

Fases da Classificação Integrada da Insegurança Alimentar (IPC)

FASE 1 Nenhuma/Mínima	FASE 2 Estresse	FASE 3 Crise	FASE 4 Emergência	FASE 5 Catástrofo/Fome
<p>Os agregados familiares conseguem satisfazer as necessidades essenciais alimentares e não-alimentares sem recorrer a estratégias atípicas e insustentáveis para acederem a alimentos e rendimento.</p>	<p>Os agregados familiares têm um consumo alimentar mínimo adequado mas não dispõem de meios para responder a algumas despesas essenciais não alimentares sem recorrer a estratégias de resposta à situação de Estresse.</p>	<p>Os agregados familiares enquadram-se numa das seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Passam por faltas de consumo alimentar demonstradas por desnutrição aguda elevada ou acima do normal; OU - Têm uma capacidade mínima para satisfazer as necessidades alimentares, mas apenas esgotando os seus meios essenciais de subsistência ou recorrendo a estratégias de resposta a crises. 	<p>Os agregados familiares enquadram-se numa das seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Passam períodos longos de falta de consumo de alimentos demonstrados por uma desnutrição aguda muito elevada e excesso de mortalidade; OU - Têm capacidade para minimizar os períodos de falta de consumo alimentar mas apenas por meio de estratégias de subsistência de emergência e liquidação dos bens. 	<p>Os agregados familiares sofrem uma falta extrema de alimentos e/ou de outras necessidades básicas, mesmo após utilizarem todas as estratégias de resposta a crises. Os níveis de inanição, morte, destituição e desnutrição aguda extremamente crítica são evidentes. (Para a Classificação de Fome, a área necessita de apresentar níveis extremamente críticos de desnutrição aguda e mortalidade.)</p>

Amostragem

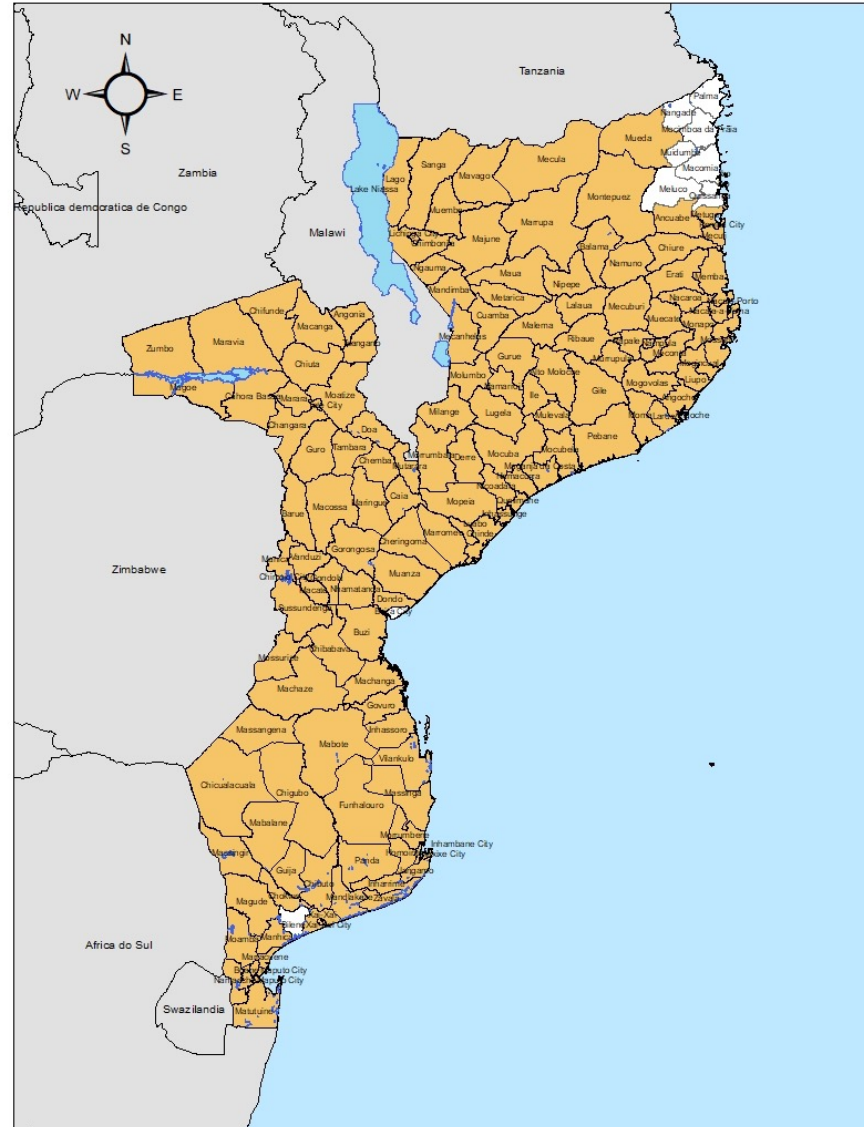
Destacar que o número de distritos abrangidos evoluiu de 51 para 151 distritos, com uma amostra de 5.064 para 12.890 agregados familiares de 2021 para 2022, que permitiu uma avaliação mais precisa da situação de InSAN.

Amostragem

Província	Distritos Planificados	Realizado	AFs Planificado	Realizado	% da Realização
Niassa	16	16	1 632	1 577	97
Cabo Delgado	17	9	1 734	1 096	63
Nampula	23	23	2 346	1528	65
Zambézia	22	22	2 244	1405	63
Tete	15	15	1 530	1329	87
Manica	12	12	1 224	1212	99
Sofala	13	13	1 326	738	56
Inhambane	14	14	1 428	1 386	97
Gaza	14	13	1428	1 226	86
Maputo	8	8	816	775	95
Maputo Cidade	7	6	714	618	87
Total	161	151	16 422	12 890	78

Amostragem

Esta avaliação é a primeira realizada com cobertura de todos os distritos (151 distritos) excluindo distritos a norte de Cabo Delgado (Ibo, Macomia, Meluco, Mocímboa da Praia, Muidumbe, Nangade, Palma, Quissanga); Gaza (Bilene) e Maputo Cidade (KaNhaca).



Formação de Supervisores e Inquiridores

O Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), em parceria com o Programa Mundial para Alimentação (PMA) e a FEWS NET, participaram no processo de formação dos Supervisores a nível central e de inquiridores a nível provincial que teve lugar nos meses de Fevereiro à Agosto de 2022, para garantir a fidelidade dos conteúdos ministrados, bem como da qualidade dos dados recolhidos.

Instrumento de Recolha de Dados

O instrumento aplicado para a recolha de dados aos agregados familiares foi o questionário, aprovado pelo Grupo Técnico de Análise de Vulnerabilidade, um grupo multisectorial instituído no país e na região para a validação de matérias relacionadas à vulnerabilidade em Segurança Alimentar e Nutricional.

Instrumento de Recolha de Dados

O questionário incluía perguntas com o seguinte perfil :

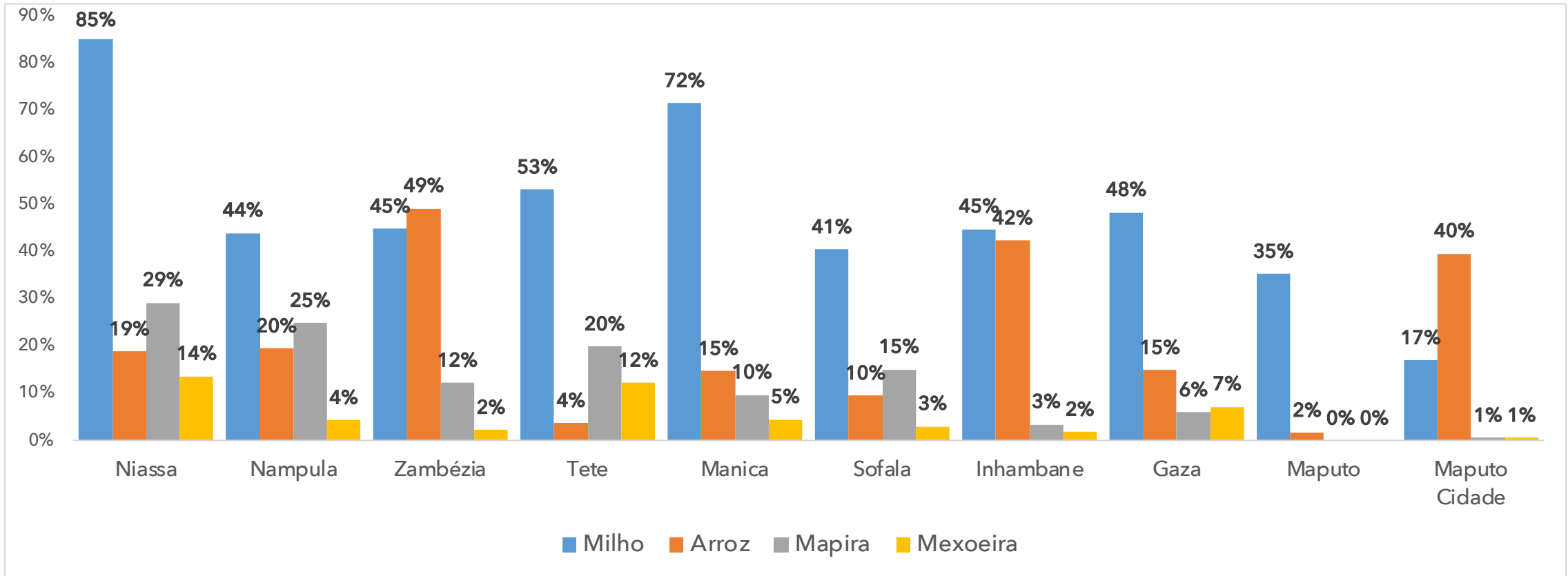
- **Dados sociodemográficos** - faixa etária, sexo e composição do agregado familiar;
- **Dados sócio económicos** - bem-estar dos agregados familiares, formas de vida, posse de bens, fontes de rendimento, despesas em alimentos e despesas não alimentares;
- **Disponibilidade alimentar** - Estimativas de colheitas, pelo menos de cereais, reservas alimentares, número de refeições por dia, fonte de água para consumo e fonte de alimentos (produção própria, compras, remessas, ofertas e ajuda alimentar);
- **Acesso aos alimentos** - preço dos alimentos e cesta básica, disponibilidade de alimentos no mercado, transitabilidade das vias de acesso, mercados e preços;

Instrumento de Recolha de Dados

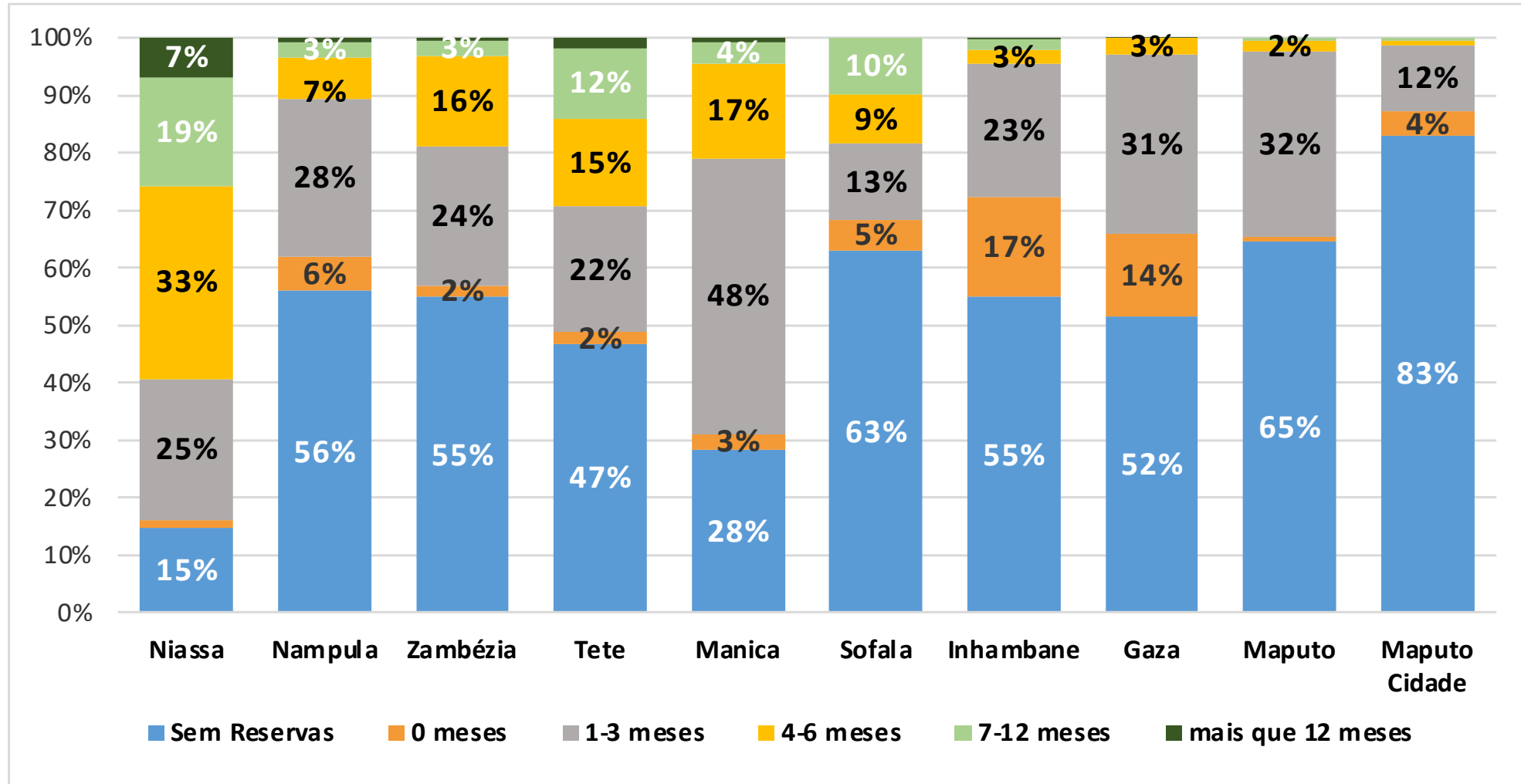
- **Diversificação da dieta mínima** - em mulheres em idade reprodutiva;
- **Uso e utilização dos alimentos** - qualidade da dieta, taxa de cobertura de abastecimento de água, taxa de população com acesso a água, tipo de tratamento da água para o consumo, taxa de AF com acesso a latrinas melhoradas e uso de latrinas;
- **Estabilidade** - duração das reservas alimentares nos Agregados Familiares (AF) e estratégias de sobrevivência, resiliência, exposição e resposta aos riscos e desastres naturais, incluir pragas e doenças, pessoas (deslocadas), ambiente e mudanças climáticas;
- **Dados antropométricos**- medição de perímetro branquial, altura e peso.

IV. INDICADORES DE RESULTADO

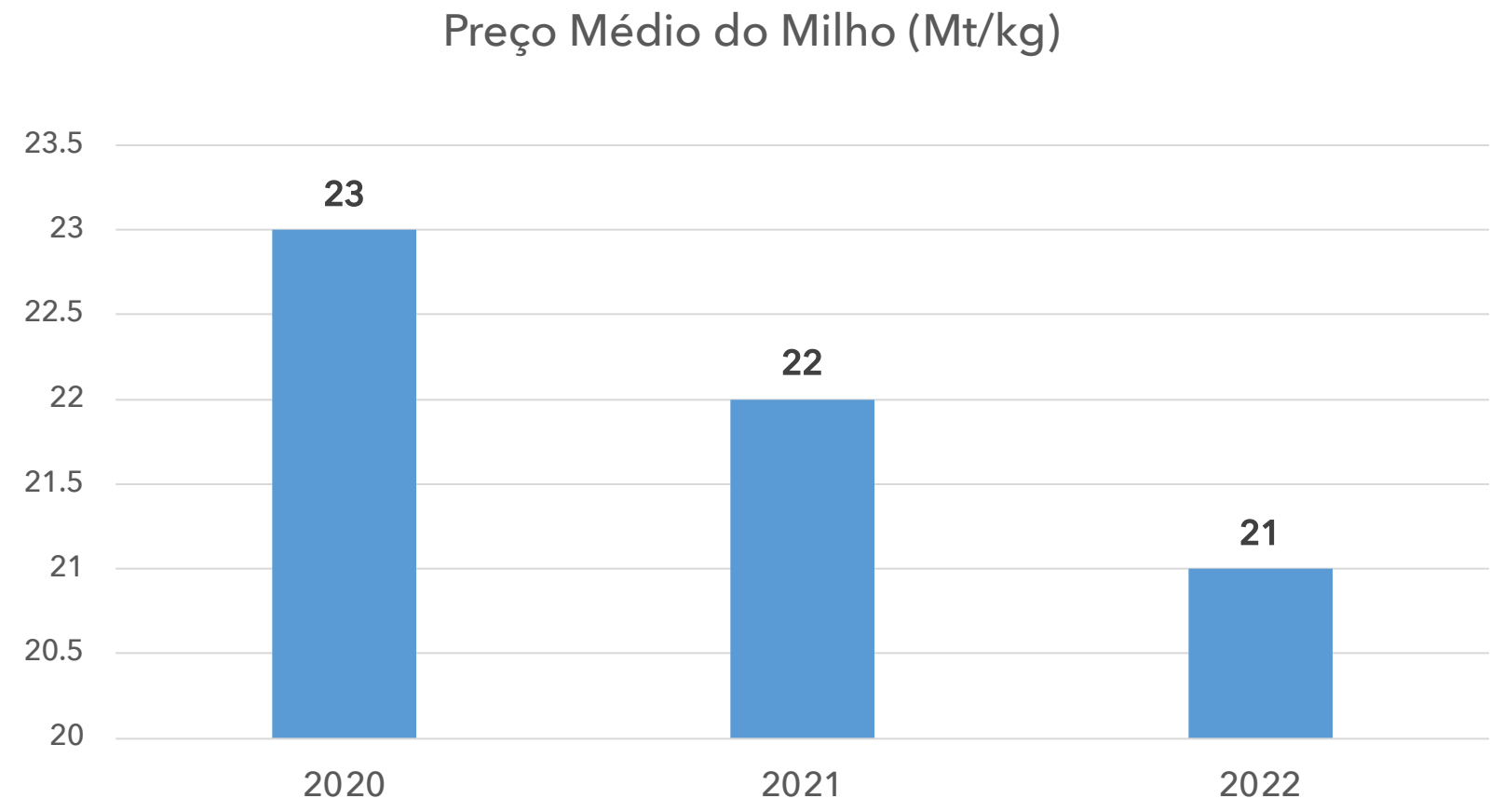
Reservas de Cereais nos Agregados Familiares



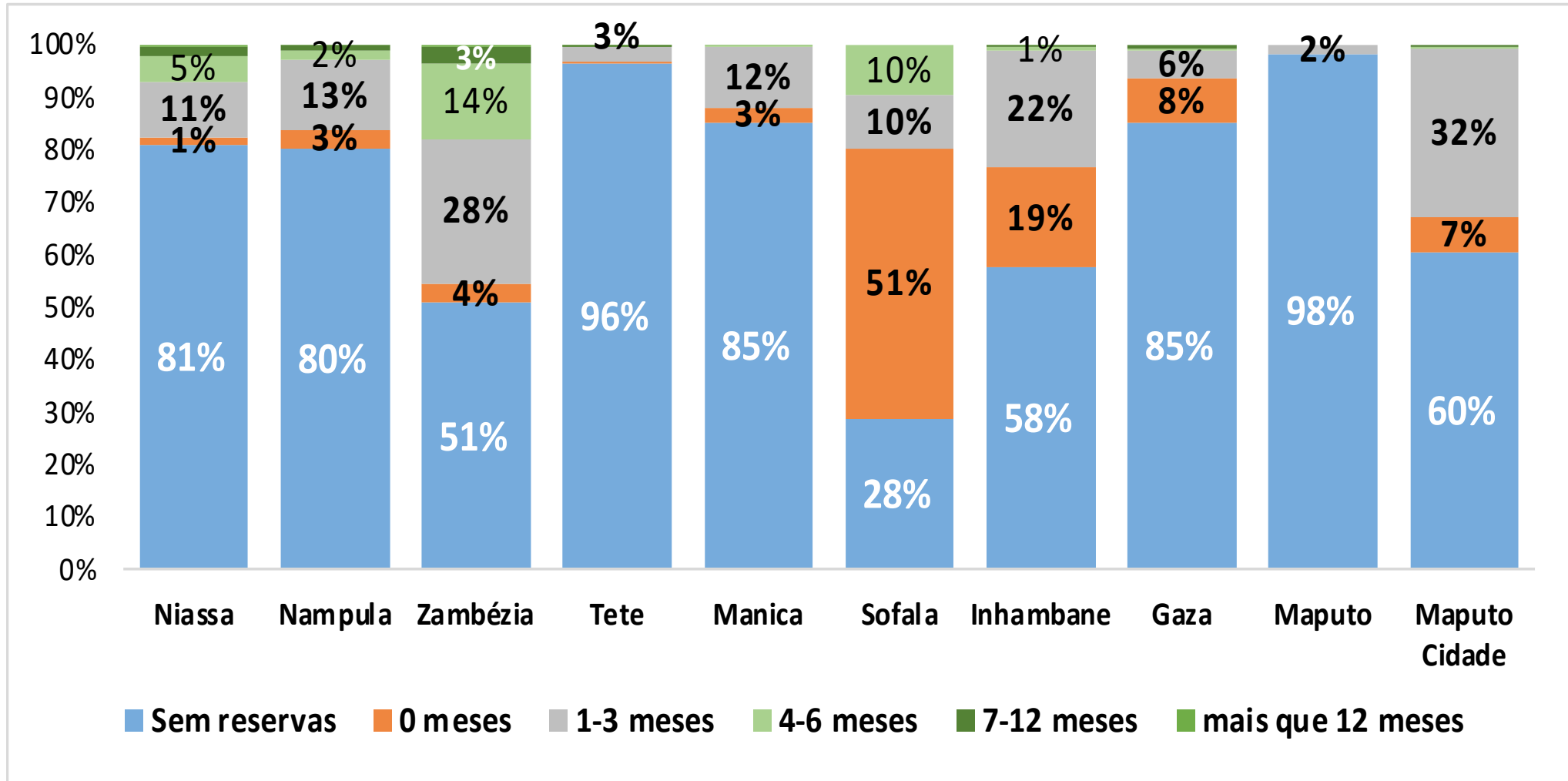
Reservas de Milho Agregados Familiares



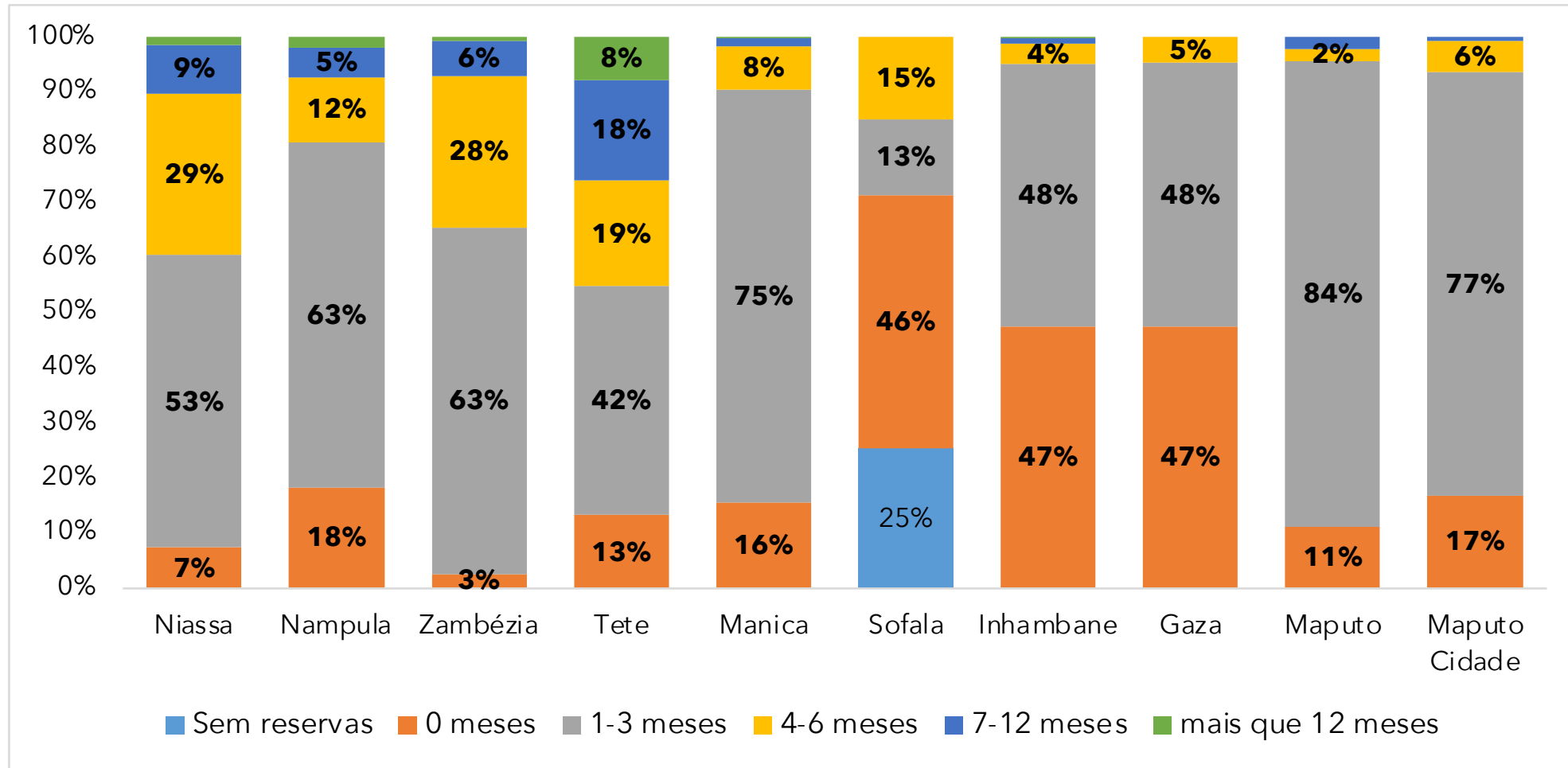
Preço Médio do Milho no Mercado Nacional



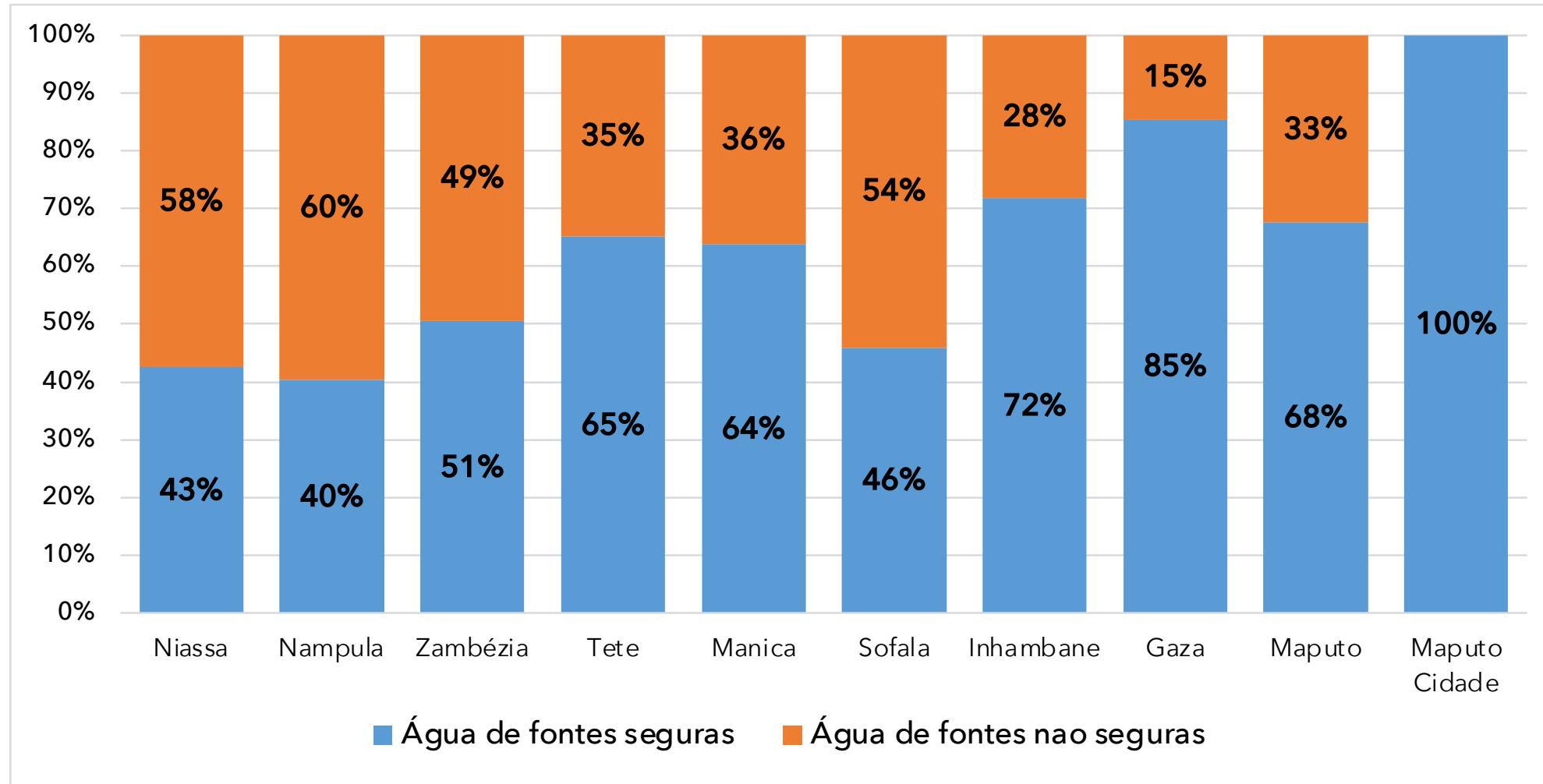
Reservas de Arroz nos Agregados Familiares



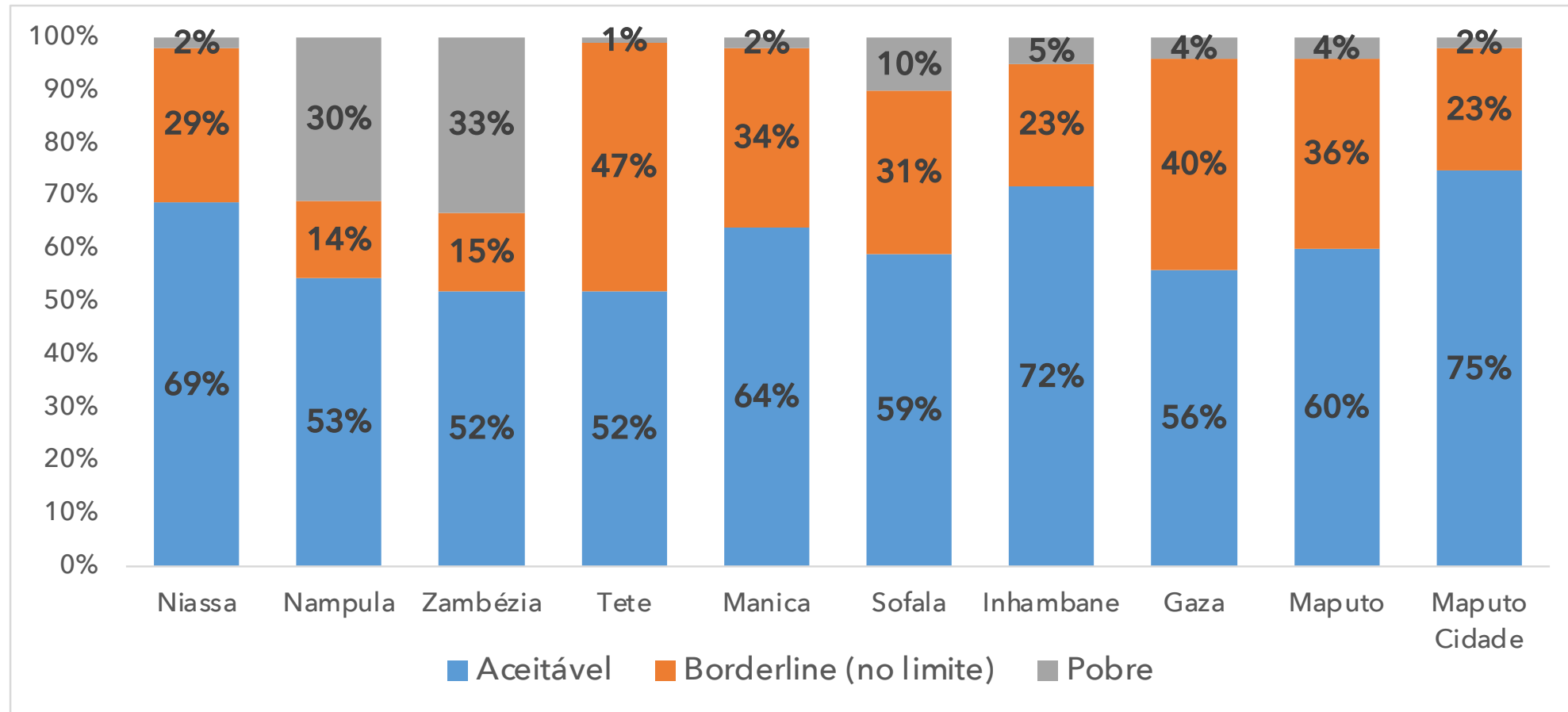
Reservas de Feijões nos Agregados Familiares



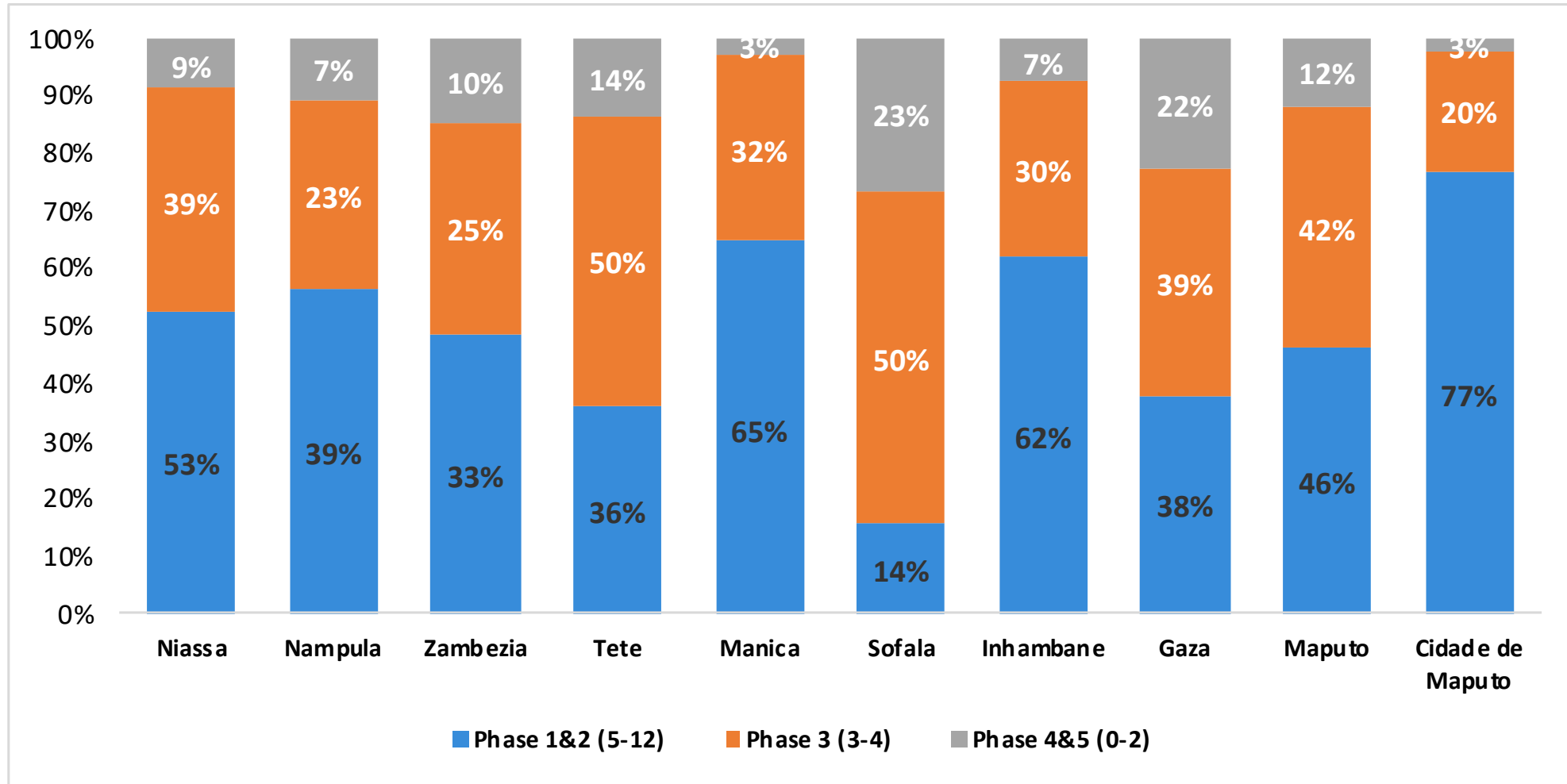
Fontes de Água nos Agregados Familiares



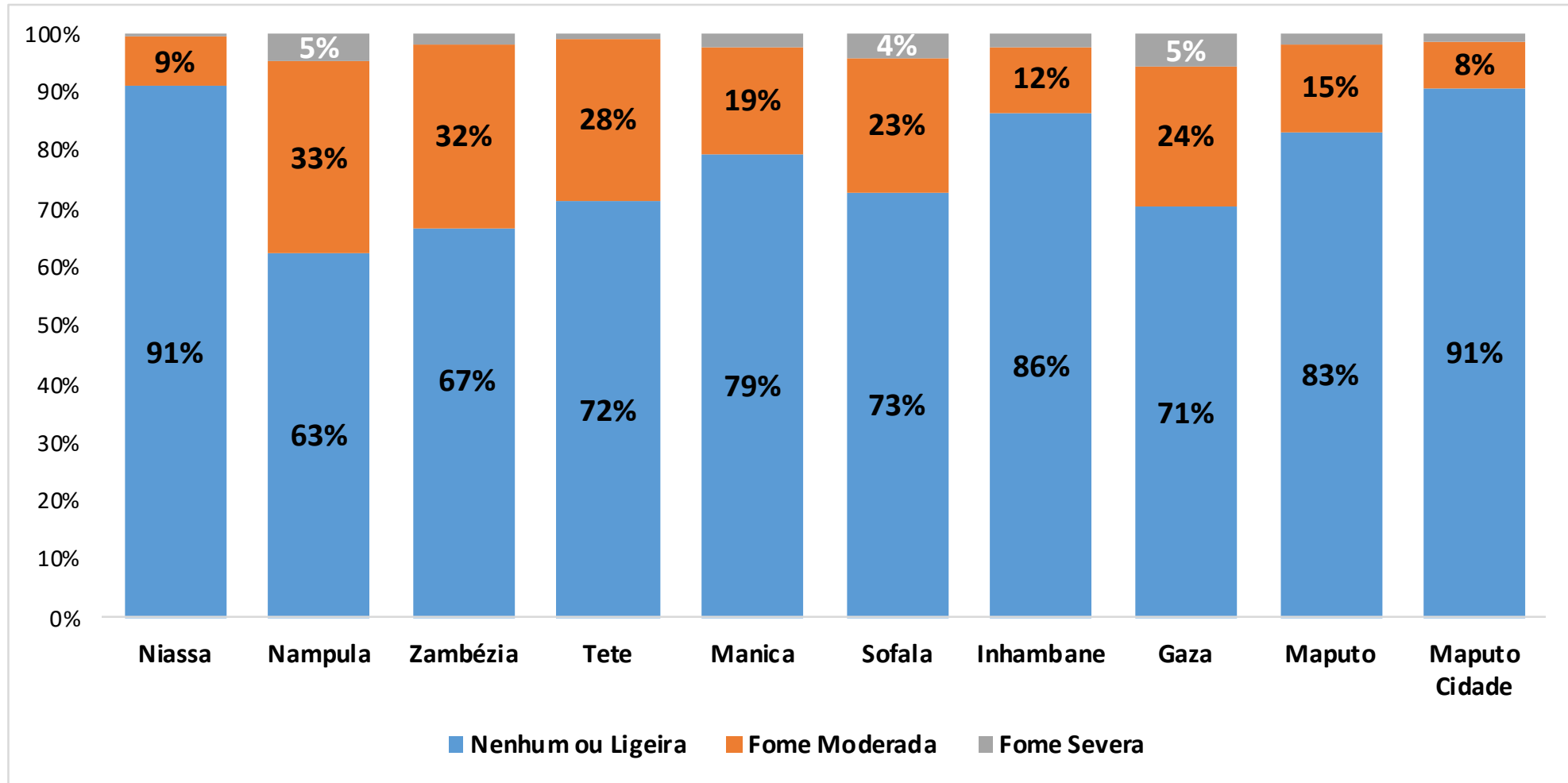
Pontuação do Consumo Alimentar nos Agregados Familiares



Pontuação da Diversidade de Dieta nos Agregados Familiares



Pontuação de Escala Experiência de Fome nos Agregados Familiares



V. RESULTADOS

No período em análise, não houve registro de pessoas no nível 5 (catástrofe/fome). Cerca de 958.600 pessoas encontram-se no nível 4 (emergência) e necessitam de assistência alimentar, conforme demonstra a tabela abaixo:

Pessoas em de Situação Insegurança Alimentar Aguda, Período Actual
(Novembro 2022 - Março 2023)

5.^a Fase	0 Pessoas em Situação de Catástrofe
4.^a Fase	958.600 Pessoas em Situação de Emergência
3.^a Fase	2.188.000 Pessoas em Situação de Crise
2.^a Fase	12.974.000 Pessoas em Situação de Estresse
1.^a Fase	16.026.000 Pessoas em Segurança Alimentar

VI. CONSTATAÇÕES

1. No período em análise, cerca de 90% da população moçambicana teve uma dieta aceitável para satisfazer as suas necessidades energéticas diárias no período de pós-colheita.

2. Em Moçambique, 38% da população consegue satisfazer as suas necessidades alimentares mínimas, mas tem de recorrer a estratégias de sobrevivência para suprir as suas necessidades não alimentares (estresse).

3. Em Moçambique, cerca de 10% da população moçambicana analisada está em insegurança alimentar aguda em níveis de crise e emergência (IPC fase 3+).

4. No período em análise, registou-se uma redução na proporção de pessoas que enfrentaram níveis de insegurança alimentar aguda (IPC3 ou superior) de 13% em 2022 para 10% em 2023.

VII. RECOMENDAÇÕES

1. A prioridade das políticas nacionais devêm estar orientadas para assegurar a estabilidade do acesso, o aumento e a diversidade dos alimentos ao longo do ano.

2. As políticas nacionais devem considerar a necessidade anual de assistência alimentar directa e assistência social produtiva a uma percentagem da população nacional, por conta da exposição a choques.

3. O processo de aumento de disponibilidade de grupos alimentares na dieta dos moçambicanos deve ser acompanhado por um programa de educação nutricional que optimize a disponibilidade alimentar local.

4. Adopção de uma política e estratégia nacional de segurança alimentar orientada por indicadores nacionais de monitoria.

5. Assistência humanitária urgente às 958.600 pessoas identificadas com défice alimentar.
Em específico, recomenda-se uma combinação de intervenções complementares para minimizar os efeitos dos choques tanto no acesso aos alimentos assim como repor e reconstruir formas de vidas.

6. Assegurar a implementação da avaliação pós-choque da vulnerabilidade à InSAN entre Março a Abril a fim de identificar a magnitude e numero de pessoas afectadas pela época das chuvas e ciclones com o objectivo de assegurar uma resposta atempada.

O Estudo contou com a participação das seguintes instituições:

SETSAN;

MOPHRH;

FAO;

Fews Net;

PMA;

ADPP Transform Nutrition;

Plan Internacional;

Nutrition Clusters; e

Food Security Cluster



Moçambique



**GLOBAL
FOOD SECURITY CLUSTER**
Strengthening Humanitarian Response

